



REQUERIMENTO

Exmo. Sr. Presidente da Freguesia de Paranhos – PORTO

Nome _____,
nascido a _____ estado civil _____
filho de _____
e de _____
natural da Freguesia de _____, Concelho de _____
e residente em _____, Cód. Postal ____ - ____
há ____ anos, requer que lhe seja passado **ATESTADO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA**, o qual se
destina a _____

COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

Nome Completo	Idade	Estado Civil	Parentesco	Profissão	Rendimentos Líquidos
Requerente	---	----	-----		

DESPESAS DO AGREGADO FAMILIAR

Despesas	Valor (€)
Casa (renda / empréstimo bancário)	
Água, luz, gás	
Medicação	
Despesas de Educação e Transportes	

Indicações Úteis: _____

Declaro, sob compromisso de honra que me responsabilizo na integra pela informação que presto à Freguesia de Paranhos, estando consciente de que as falsas declarações serão punidas nos termos da Lei Penal.

O REQUERENTE

BI / CC / Pass n.º _____ NIF _____

Cartão de Eleitor n.º _____ Autorizado por: _____

Data: ____ / ____ / 20____

O(A) Funcionário(a): _____

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EMISSÃO DO ATESTADO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

A emissão do atestado implica obrigatoriamente a apresentação dos documentos de todos os elementos do agregado familiar *

- Cartão do Cidadão (ou BI, NIF, Cartão Eleitor da Freguesia de Paranhos);
- Rendimentos mensais (ordenado, reforma, pensão, subsídio de desemprego, RSI, bolsa de formação, abono de família, pensão de alimentos, ou outros rendimentos);
- Declaração da Segurança Social que comprove a ausência de rendimentos (se for o caso, para os desempregados);
- Declaração da inscrição no IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional (para desempregados);
- Despesas (renda/empréstimo bancário, água, luz, gás, medicação, infantário, passe de transporte);
- Autorização de Residência, com morada actualizada (para cidadãos estrangeiros);
- Passaporte com o respectivo visto de residência em Portugal (para cidadãos estrangeiros, caso não tenham Autorização de Residência).

* O conceito de agregado familiar adoptado foi definido pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, publicado no art.º 4.º do Decreto-lei 70/2010, de 16 de Junho.

Nota:

A emissão do atestado de insuficiência económica depende sempre da avaliação da situação económica por parte desta Autarquia, de acordo com os critérios definidos.